

CAPÍTULO 10

REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NA ARTICULAÇÃO COM OS DEBATES DE MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E QUESTÃO URBANA

*Eblin Farage
Sabrina dos Santos Dias*

Introdução

O presente capítulo, fruto de uma pesquisa documental em curso vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da UFF e ao CNPQ, faz parte de um processo investigativo que, desde a primeira metade da segunda década dos anos 2000, tem como foco a relação entre: Serviço Social – Movimentos Sociais – Questão Urbana – Educação Popular. Nas diferentes fases da pesquisa, a ênfase do processo investigativo recaiu sobre um ou dois aspectos da formação e da produção teórica profissional, de forma articulada, buscando complexificar essa relação e identificar sua existência e profundidade na formação e ação profissional, considerando o tripé ensino-pesquisa-extensão.

No âmbito da formação profissional, a investigação se centra na dimensão do ensino, pesquisando os currículos dos cursos de Serviço Social, buscando inicialmente pelo nome das disciplinas, a partir de palavras chaves e, em um segundo momento, analisando as ementas das disciplinas. No âmbito da produção teórica da categoria, a investigação se pauta no levantamento de trabalhos apresentados no CBAS, ENPESS e ENPS, na primeira fase, e nos artigos publicados em algumas revistas da área, na segunda fase. Em cada fase da pesquisa, fazemos um recorte e, com o passar do tempo, vamos acumulando reflexões sobre esses debates que consideramos essenciais para o fortalecimento do Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social.

À medida que cada fase da pesquisa era desenvolvida, novos questionamentos surgiram e conformou-se, também, a hipótese ora analisada: de que a formação, apesar da direção hegemonicamente crítica e progressista, proporciona baixa aproximação dos discentes de Serviço Social com o debate de movimentos sociais e experiências nestes espaços.

Entre 2013 e 2014 tiveram início as primeiras reflexões mais sistemáticas, a partir de uma pesquisa que buscou identificar a inserção de assistentes sociais em movimentos

sociais do Rio de Janeiro. Entre os dez movimentos entrevistados, nenhum tinha relação com assistentes sociais, e os relatos apresentaram uma análise crítica sobre os profissionais, indicando que não identificam aproximação política com a categoria. No final de 2014, o NEPFE iniciou uma parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que, após 10 anos afastados, estavam buscando retomar as ações no estado do Rio de Janeiro. A iniciativa do movimento de construir trabalho de base e ocupações nos municípios de São Gonçalo e Niterói veio ao encontro das expectativas do NEPFE naquele momento, que buscava uma maior inserção em território mais próximo à UFF.

A experiência com o MTST, a partir da realização de projetos de extensão e pesquisa, abriu uma nova fase para as investigações e produções do NEPFE. De 2014 a 2019,¹ a pesquisa desenvolveu-se através de uma interação mais profícua com o movimento social de luta por moradia e ampliou os debates e reflexões sobre o potencial e a relação estabelecida entre Serviço Social e movimentos sociais, partindo das reflexões e práticas da educação popular. Nesse período, foi realizado o primeiro levantamento dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social de Instituições públicas vinculadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Também foi iniciado um primeiro levantamento sobre os trabalhos apresentados nos principais eventos do Serviço Social, como Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Em ambos os casos, a aproximação com movimentos sociais expressa em inserção de disciplinas no currículo dos cursos e de artigos apresentados nos eventos nacionais, foi ínfima. Diante desses resultados, buscamos ter uma amostra da percepção dos estudantes de Serviço Social da UFF sobre a relação entre a profissão e os movimentos sociais. Para tal foi construído e aplicado um questionário junto a estudantes de graduação da UFF, dos períodos iniciais e finais, para identificar o grau de relação com movimentos sociais e o quanto a formação havia contribuído para tal.

No período de 2021-2022, que compreende o recorte apresentado na última parte desse artigo, a pesquisa desenvolvida sob o título “Serviço Social e Formação Profissional: Sujeitos Sociais, Questão Urbana e Educação Popular”,² teve como foco investigar: 1) os projetos políticos pedagógicos (PPP) dos cursos de Serviço Social de instituições públicas vinculadas à ABEPSS; 2) artigos publicados no Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no intervalo de 2010-2020, sobre a temática; e 3) o levantamento de artigos publicados sobre a

¹ Nos anos de 2016-2017; 2017-2018 e 2018-2019, as pesquisas desenvolvidas tiveram apoio de bolsistas PIBIC-UFF.

² A referida pesquisa teve apoio de bolsista PIBIC-UFF no edital de 2021-2022.

temática, no período de 2010-2021, em quatro revistas da área: Serviço Social e Sociedade, Katálisis, Temporalis e Libertas.

Por se tratar de pesquisa ainda em curso, serão apresentadas algumas reflexões e dados parciais oriundos dos levantamentos já realizados. Mesmo que ainda em processo de sistematização de dados, é possível traçar reflexões e apontamentos sobre o eixo condutor da investigação, que podem ser sintetizados na relação do Serviço Social com os sujeitos sociais, membros da classe trabalhadora organizados em movimentos sociais. Relação abordada da dimensão do ensino no processo de formação profissional até sua expressão nas produções teóricas.

A metodologia investigativa partiu do materialismo histórico e dialético, buscou considerar a totalidade da realidade social e as determinações conjunturais e estruturais, e trouxe reflexões que visam contribuir para o desvelar do imediato no âmbito da formação e da produção teórica do Serviço Social. Sem a pretensão de ser uma pesquisa conclusiva ou que abranja todas as dimensões da realidade, considera-se, como afirma Minayo (2012, p. 11) que a pesquisa social “é uma possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes”. As sistematizações ora apresentadas objetivam contribuir para uma análise crítica dos desafios que temos que enfrentar, no âmbito da formação e da ação profissional, para fortalecer o PEP e a direção social da ação profissional em tempos de avanço do conservadorismo, do fundamentalismo religioso e do ultraneoliberalismo.

A regressão social e os desafios ao Serviço Social em tempos de ultraneoliberalismo: diálogos necessários com educação popular e movimentos sociais

Há ampla reflexão, por Iamamoto (1995), Netto (1994), entre outros, sobre as origens do Serviço Social e sua vinculação com diretrizes conservadoras e de manutenção do *status quo*. Também já foi amplamente debatido por esses e outros autores, como Abramides (2019), o processo histórico em que, a partir do Movimento de Reconceituação em sua vertente de Intenção de Ruptura e da aproximação do Serviço Social ao campo da teoria crítica, a profissão fez um giro político e teórico, rompendo, sem, contudo, eliminar, com o conservadorismo e a perspectiva reformadora e adaptadora que preponderou até a década de 1960/70.

O projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, coletivamente construído e conquistado pelos profissionais, articula-se ao projeto societário de emancipação humana ancorado em um referencial teórico-

metodológico, ético-político, técnico-operativo em instrumentos jurídicos que o sustentam (Abramides, 2019, p. 22).

Contudo, como afirmam os autores, mesmo promovendo uma ampla revisão teórica no Serviço Social, que reconfigura a profissão a partir da reformulação do Currículo, da construção do Código de Ética da profissão (Resolução nº 276), da Lei que Regulamenta a Profissão nº 8662/93, e a construção das entidades da categoria, como o conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS, não foi eliminada a perspectiva conservadora, que por vezes é até reacionária. Essa perspectiva expressa-se em práticas profissionais abusivas e violadoras de direitos e, também, em Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), especialmente em instituições privadas de ensino e na modalidade de educação à distância, que reafirmam o reacionarismo, agora revertido de uma nova roupagem, o ultraneoliberalismo.

Como uma profissão que se ancora na Questão Social e em suas expressões candentes na vida da classe trabalhadora, a realidade social e a conjuntura são elementos centrais a serem considerados na luta pela direção social da ação profissional. Com uma profissão enraizada na realidade social, a quadra histórica que vivenciamos, de profundas regressões sociais, demanda elaborações teóricas, atuação profissional e formação dos futuros assistentes sociais comprometidas com um projeto societário contra-hegemônico, que tenha como eixo a emancipação humana. Assim, tão importante quanto considerar a crise estrutural do capitalismo, como aponta Mézáros (2011), é compreender os desdobramentos particulares em um país de capitalismo tardio, como o Brasil, que busca a partir da refuncionalização do Estado, necessidade premente do capital, revitalizar suas formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Ao longo da história, a profissão buscou romper com a perspectiva conservadora e se aproximar dos movimentos organizados e autônomos da classe trabalhadora, tendo inscrito essa intenção política nos documentos, leis e elaborações do Serviço Social. Como explicitado nos princípios do Código de Ética da profissão, a categoria tem compromissos com “reconhecimento da liberdade como valor ético [...]”, “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, “ampliação e consolidação da cidadania [...]” e “defesa do aprofundamento da democracia [...]” (CFESS, 1993). Esses elementos, entre outros, nortearam a construção do Projeto Ético Político na década de 1980 e seguem sendo relevantes após sua consolidação na década de 1990.

Porém, a construção do PEP, como conjunto de diretrizes para orientar a direção social da profissão e, também, como expressão do próprio movimento de luta pela

redemocratização do país, após o fim da ditadura empresarial-militar (1964-1985), conflita com questões advindas do processo de reconfiguração do Estado diante das exigências da crise capitalista. Iniciamos a década de 1990 com certa maturação na profissão, a partir das bases teóricas, do avanço do Serviço Social nas universidades (graduação e pós-graduação), do engajamento político advindo da articulação com outras categorias da classe trabalhadora e movimentos sociais na busca pela redemocratização do país, o que incluiu a luta pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como afirma Abramides (2019, p.23), “a década de 1980 afirmou a direção social da profissão [...] e a década de 1990 conferiu maturidade teórica ao PEP”, mas terminamos a década de 1990, com a implementação do projeto neoliberal no país, tendo como marco inicial o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), sendo amadurecido e impulsionado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) e apresentando continuidades e descontinuidades nos governos seguintes.

Para o Serviço Social, ainda em consolidação da direção social da profissão, a luta pela construção de políticas públicas e sociais, tendo como referência os avanços possíveis na CF/88, passou a ser um marco e uma referência para a ação profissional. Porém, nem mesmo havíamos consolidado as conquistas, e o projeto neoliberal, a partir de um esvaziamento das responsabilidades do Estado diante das demandas de reconfigurações para socorrer o capitalismo, que visa recuperar suas taxas de lucro, torna cada vez mais distante a implementação das conquistas e direitos concernentes à classe trabalhadora.

Nesse processo contraditório de aproximação do Estado, luta por políticas públicas, maturação política e teórica da profissão, outro movimento também se processa, qual seja, o real afastamento dos movimentos sociais e das entidades de classe efetivamente autônomas, que ocorre como expressão: i) da crise estrutural do capitalismo e ii) da crise do chamado socialismo real (Netto, 1995), que implicaram em processos de esfacelamentos e retrocessos na organização dos trabalhadores em várias partes do mundo. A simbiótica relação entre crise estrutural do capitalismo, implementação do processo de acumulação flexível e crise no âmbito da organização dos trabalhadores, tem derivado em perda de autonomia das entidades representativas de classe, retrocesso nas políticas públicas e sociais e avanço do conservadorismo. Elementos estes importantes para a compreensão da realidade brasileira a partir da segunda década dos anos 2000.

A crise estrutural do capitalismo supera em termos de qualidade e importância as crises cíclicas e é marcada, a partir da década de 1970, pela impossibilidade de recuperar as taxas de lucro do capital. Assim, o capitalismo busca novas formas para garantir sua

ampliação e reprodução, podendo ser resumido em seis elementos estruturantes, quais sejam: a) o aprofundamento da desigualdade e a ampliação do fosso entre ricos e pobres no interior de cada país e entre os países; b) a necessidade de reconfiguração do papel do Estado, com restrição de sua ação social; c) a ampliação do uso da força para a manutenção do controle social sobre os trabalhadores; d) o aumento do pauperismo; e) uma nova morfologia do trabalho, que redesenha o mundo do trabalho e f) o recrudescimento do conservadorismo, na busca de ampliação do domínio social.

Por outro lado, e não com menor importância, vivemos em âmbito mundial uma crise no campo da organização dos(as) trabalhadores(as) imposta pelo chamado “fim do socialismo real” com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética em 1991. Os impactos dessa crise, entre muitos e complexos aspectos, podem ser condensados em alguns elementos: a) crise no interior das organizações de esquerda; b) fragmentação das organizações e entidades no campo dos trabalhadores; c) busca pela reforma do sistema na perspectiva de “humanização” do capital e não mais pela sua superação; e d) descrença, por uma parte da esquerda, na possibilidade de superação da ordem do capital, limitando a luta e as ações políticas a reformas e lutas institucionais dentro da ordem, desencadeando uma priorização da luta institucional (parlamentar e governamental) em detrimento da organização autônoma dos(as) trabalhadores(as).

A crise cíclica e estrutural do capitalismo impõe uma reconfiguração do papel do Estado, de forma a atender as exigências imediatas para a recuperação do sistema capitalista, em especial a partir da tentativa de elevação de suas taxas de lucro. A cada crise, alternativas no campo político e econômico são gestadas, com rebatimentos importantes na vida social, cultural e política da classe trabalhadora. Já foram construídas como alternativa à crise capitalista diferentes formas de gestão do Estado e da desigualdade social. Em alguns países da Europa, a partir da década de 1950, gestou-se um modelo de Estado “protetor”, o Estado de Bem-Estar Social. Esse modelo buscou superar a crise capitalista da década de 1930 e repercutiu, em várias partes do mundo, como um modelo almejado de Estado mais “humano”, dentro da ordem do capital. Nesse contexto, de alternativas dentro da ordem, a reafirmação do Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social, torna-se imprescindível, desafiando os profissionais a um outro fazer.

Se com o projeto neoliberal a situação de regressão social vivenciada pela classe trabalhadora já estava intensa, com o recrudescimento do conservadorismo, ascensão da extrema direita e avanço de uma política ultraneoliberal, a situação foi acirrada. No Brasil, dada a particularidade de um país colonizado e historicamente subordinado à economia

internacional e um dos últimos do mundo a abolir a escravidão, os traços ultraneoliberais fundem-se com os conservadores, em uma simbiótica relação entre mercantilização e militarização da vida, fundamentalismo religioso, machismo, racismo, lgbtfobia e capacitismo que ganha sua expressão máxima na eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2019.

Nesse contexto, é mister reconhecer, uma nova fase se abre na sociabilidade capitalista. Ainda mais recrudescida, com menores possibilidades de conquistas por parte dos trabalhadores e a implementação de uma sociabilidade violenta que impregna o cotidiano da vida social. Recrudescimento que se expressa no aumento da violência, do autoritarismo e do pauperismo. Sabedores, como afirmou Marx (2001, p. 721), que “[...] produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção [...]”, faz-se necessário identificar as distintas formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida e os efeitos, identificados como expressões da “questão social”, que compõem a quadra histórica do desenvolvimento capitalista, na particularidade de um país de capitalismo dependente como o Brasil.

Santos Neto e Canel (2020) sinalizam que a ascensão da extrema direita e também do neofascismo³ não são produtos do acaso, mas estão intrinsecamente ligados ao movimento do capital. O capitalismo pode engendrar formas políticas distintas, podendo ser a democracia burguesa, uma ditadura militar, o fascismo ou nazismo, a depender das necessidades da burguesia. “Não se pode esquecer que a democracia burguesa sempre prepara o terreno para a ascendência da extrema direita, da ditadura militar, do bonapartismo e do fascismo ou neofascismo” (Santos Neto, Canel, 2020, p, 27). Os autores destacam que fascismo e nazismo surgiram a partir da necessidade de expansão do capital nas economias de capitalismo tardio, em decorrência do aprofundamento da crise econômica. Eles indicam ainda a relação do neoliberalismo com o neofascismo, visto que ambos possuem o mesmo objetivo: garantir a expansão do capital.

O neoliberalismo exacerba a prioridade de aumento das taxas de lucro e expansividade do capital, que se sobrepõem a direitos dos trabalhadores, cujas relações sociais passam a ser regidas pela lógica da mercadoria. O neoliberalismo, assim como a ascensão da extrema direita e o neofascismo, são recursos do capital para responder a sua crise estrutural.

³ Os autores indicam que o fascismo “[...] foi um movimento que emergiu como uma espécie de vingança da burguesia contra a classe trabalhadora e fracassou na tentativa de operar a revolução socialista na Alemanha e na Itália das décadas de 1920 e 1930” (Santos Neto, Canel, 2020, p. 27). Já o neofascismo é produto do desenvolvimento das políticas neoliberais e acentuação da crise, a extrema direita expressa esse processo. Santos Neto e Araújo (2020) ao citar o pensamento de Zetkin (1923): “[...] fascismo é um mecanismo de ofensiva da burguesia em um momento de crise do capital e que toma o desespero dos “desiludidos” como arma para impor ideologicamente a necessidade da ordem do capital, assim como, o recurso à coerção àqueles que não se adequem a esta” (Santos Neto, Araújo, 2020, p.112).

Sob esta lógica, o Brasil se torna, durante a pandemia, ainda mais desigual, com maior concentração de renda, que se expressa na acumulação privada da riqueza socialmente produzida. Nas mãos do 1% mais rico encontra-se 51% da riqueza, e o 1% com os maiores rendimentos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representa 38,4 vezes mais que o rendimento médio dos 50% que ganham menos. Esses movimentos e aumento da desigualdade social são expressos em outros dados. Segundo o IBGE, “de 2020 para 2021, apesar do aumento da população ocupada, a massa do rendimento mensal real de todos os trabalhos caiu 3,1%” (IBGE, 2022). Também o desemprego aumentou, atingindo, segundo o IBGE, cerca de 14 milhões de pessoas, além de cerca de 6 milhões de desalentados, aqueles que sequer buscam emprego, pois não mais possuem esperança de encontrar. Junto com a desesperança, aumentaram a fome e os casos de venda e/ou fila para pegar doação de ossos, que repercutiram nacionalmente durante a pandemia. Junto com o desemprego e o aumento da fome, também aumentaram a violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, segundo o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

É nesse contexto absolutamente desalentador, em que o autoritarismo e a venda de armas para civis aumentam, e que o ensino à distância reverbera como um grande “balão de ensaio”, como afirma Farage (2021), que se torna desafiador recuperar e reafirmar o Projeto Ético Político do Serviço Social e a fundamentação das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em articulação com dois debates centrais para a presente pesquisa: a relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais e com a Educação Popular.

Como afirma Gohn (2000, p. 11), os movimentos sociais devem ser compreendidos “[...] segundo um cenário pontuado por lutas, conflitos e contradições, cuja origem está nos problemas da sociedade dividida em classes, com interesses, visões, valores, ideologias e projetos de vida diferenciados”. Nesse sentido, os movimentos sociais são espaços de fundamental articulação política, profissional e organizativa para o Serviço Social, considerando: i) o norte do PEP que tem no horizonte a superação da ordem do capital, como processo histórico e tarefa da classe trabalhadora organizada; ii) as necessárias articulações para a legitimação e luta na defesa dos serviços públicos e sociais, como direitos do conjunto da classe trabalhadora e espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais; iii) os movimentos sociais como espaços organizativos, formativos e informativos no que tange aos direitos dos trabalhadores, portanto, parceiros da difusão de direitos; e iv) parceiros importantes no processo de formação continuada dos próprios assistentes sociais,

pois como afirma Freire (2001, p. 79) “ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte”.

[...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamentação à ação. Trata-se de uma *práxis*, portanto (Gohn, 2000, p.12-13 *grifo original*).

A articulação com movimentos sociais, como estratégia para a legitimação do PEP e avanço no âmbito dos direitos da classe trabalhadora, passa, em nossa reflexão, pelos debates da educação popular que, considerando “[...] de forma dialética as relações entre consciência e mundo, implica necessariamente uma nova maneira de entender a História. A História como possibilidade [...]” (Freire, 2001, p. 97).

Como possibilidade a História é construída, não está dada, e no caso da relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais, passa por uma incorporação transversal da temática desde a formação profissional e pelo desenvolvimento de práticas que, considerando a educação popular como uma forma de orientação profissional, busquem na ação pedagógica dos assistentes sociais, como afirma Abreu (2002), uma possibilidade de contribuir para uma conformação cultural, na busca de um outro horizonte de sociabilidade antagônico ao do capital.

Dados da investigação: um recorte sobre a formação profissional e a produção em revistas de Serviço Social

Fortalece-se um discurso no interior do Serviço Social, com o avanço do conservadorismo, de que o PEP não possui sentido, na medida em que não pode ser materializado. Sobre essa questão cabem algumas reflexões. A primeira é que de fato, no interior da ordem burguesa, os princípios do PEP não podem ser realizados em integridade, eles são antagônicos ao capitalismo. Mas o que se perde ao falar da materialização é que, de fato, o PEP tem como horizonte a superação do capitalismo, portanto, o que o PEP projeta é uma direção social alinhada a esse propósito. Não é possível extinguir todas as formas de preconceito, ainda na ordem burguesa. No entanto, o PEP significa o compromisso com uma ação profissional que combata tais preconceitos e, assim, reafirma-se o compromisso com a destruição dessa ordem. A segunda observação é que, ao questionar a inviabilidade de materialização do PEP, se carrega, ainda que

implicitamente, a ideia de que uma profissão poderia engendrar a revolução social. De forma alguma isso seria possível. Novamente, trata-se do compromisso com uma direção social de alcance do comunismo. Obviamente que isso indica também a necessidade de articulação com a totalidade da classe trabalhadora e suas lutas. Materializar o PEP, desse modo, significa criar estratégias de resistência da direção social e política adotada, de ruptura com o conservadorismo.

Faz-se necessário destacar também que, ao dizer que a hegemonia do Serviço Social hoje é alinhada ao PEP, isso não significa que a totalidade dos assistentes sociais possui esse compromisso. A categoria não é monolítica e a presença de profissionais conservadores não deixou de existir. A diferença é que a direção social, e, portanto, as entidades reguladoras da ação profissional e da formação estão comprometidas com a recusa ao conservadorismo.

A tarefa colocada para a categoria dos assistentes sociais é, portanto, estabelecer estratégias de defesa do PEP. A conjuntura é de desafios, não só dentro da categoria, mas para o conjunto da classe trabalhadora no que tange a sua organização.

O PEP sofreu mutações, reorganizações, embates e muitos desafios, mas sua direção social-hegemônica, [...], permanece e se fortalece na perspectiva que a conquistamos. Essa conquista não pode, em momento algum nos tirar, como não nos tem tirado, de um processo permanente de debate e combate, no interior da categoria e no conjunto da classe trabalhadora, na articulação entre projeto profissional e projeto societário na direção da emancipação humana (Abramides, 2019, p. 255).

Apenas coletivamente há possibilidade de sustentação do PEP, construído a partir do processo de ruptura com o conservadorismo. A possibilidade de retrocesso é real e está colocada. Uma das estratégias possíveis, aqui defendida como uma das principais, é a articulação com as organizações e processos de luta da classe trabalhadora, assim como um redimensionamento na formação profissional. Não apenas institucionalmente, mas nos movimentos de base. Como indicado anteriormente, essa aproximação fertilizou o solo para a gestação do PEP e, do mesmo modo, neste momento sua defesa demanda essa articulação. Além disso, defende-se também que a formação profissional é o espaço privilegiado para fomentar a imbricação dos assistentes sociais com os processos de luta. Múltiplos podem ser os caminhos de defesa do PEP, os quais coletivamente a categoria deve construir. Estar articulada aos processos de lutas e resistências dos trabalhadores é um deles, e é imperativo.

No que tange à formação profissional, a presente pesquisa investiga a dimensão do ensino, a partir de levantamento dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de

Serviço Social das unidades de formação acadêmicas (UFA) públicas vinculadas a ABEPSS. Como uma pesquisa longitudinal, o presente levantamento encontra-se em um segundo momento. No primeiro levantamento, realizado entre 2015-2017, foram analisados a grade curricular e os PPP de 18 cursos, que à época estavam filiados a ABEPSS. Nesta primeira fase, vale destacar, houve grande dificuldade de acessar uma lista atualizada das UFA junto à ABEPSS, assim como os currículos e os PPP de forma pública, nos sites das unidades de formação. Na segunda fase da pesquisa, entre 2021-2023 (ainda em processo), o acesso a lista já foi facilitando, apesar de em algumas UFA o acesso as grades curriculares e PPP, permanecer difícil.

Como um recorte metodológico, além da escolha dos cursos públicos vinculados à ABEPSS, também foram delimitadas palavras chaves para fazer a busca nos títulos das disciplinas, quais sejam: Movimentos Sociais, Educação Popular e Questão Urbana. No primeiro momento da análise, tanto da primeira fase como da segunda, a busca foi realizada por palavras chaves, nos nomes das disciplinas. Na primeira fase, concluída, chegamos às ementas, na segunda fase, em andamento, ainda estamos em processo de análise.

Entendendo que os Projetos Político Pedagógicos (PPP) dos cursos de Serviço Social materializam a direção ideopolítica que irá nortear a formação profissional, a partir do arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, a pesquisa realizou uma análise nos processos formativos dos assistentes sociais. Buscou-se, nesta via, compreender os avanços e as lacunas da formação profissional no que tange à vinculação com a temática e a articulação com os movimentos sociais, que representam um caminho para o fortalecimento do PEP.

Foi realizado um levantamento dos Projetos Político Pedagógico (PPP) e Grades Curriculares (GC), referentes ao ano de 2017, das universidades públicas vinculadas à ABEPSS. Assim, ocorreu a análise das temáticas fundamentais para o Serviço Social, de acordo com seu Projeto Ético-Político, sob o recorte da conexão com os Movimentos Sociais. Há o total de 22 instituições de ensino no recorte adotado em todo o Brasil, duas possuem polos de extensão, UFF e UNIOESTE, 2 e 1 polos respectivamente, o que aumenta para 25 o número de PPP sendo analisados na pesquisa. Algumas instituições disponibilizam os projetos pedagógicos em seus respectivos sites, contudo, boa parte foi conseguida através de contato por e-mail. Não foi possível o acesso a cinco PPP. Na primeira fase (até 2017), entre 18 cursos e PPP, foram levantadas apenas as disciplinas que tratam de movimentos sociais. Foi possível identificar 31 disciplinas, sendo que apenas 1 instituição de ensino apresentava 5 disciplinas na grade que envolviam a temática, 7

instituições apresentam apenas 1 disciplina, 5 instituições têm 2 disciplinas na grade, 3 instituições com 3 disciplinas e 2 instituições sem nenhuma disciplina. Na segunda fase da pesquisa (entre 2021-2022) foram identificados 14 novos cursos vinculados à ABEPSS, dos quais 1 instituição com 4 disciplinas, 1 instituição com 2 disciplinas, 9 instituições com 1 disciplina e 3 instituições sem nenhuma disciplina da temática.

Tabela 1: Relação geral das disciplinas nos PPP dos cursos pesquisados

GERAL EM RELAÇÃO ÀS PALAVRAS-CHAVE	
Total de instituições de ensino pesquisadas nas duas fases	32
Total de Disciplinas	58
Disciplinas com Palavras-chave relacionadas à questão urbana	14
Disciplinas com Palavras-chave relacionada aos movimentos sociais	47

Fonte: Elaboração NEPFE.

No que tange a uma das expressões da ação profissional, publicações em revistas da categoria, quando levantamos os artigos da última década em quatro importantes periódicos da área de Serviço Social, como demonstra o quadro abaixo, identificamos pouca produção sobre os temas da pesquisa. Vale destacar que um artigo da revista *Libertas* possui em seu título a intercessão das palavras chaves “Movimentos Sociais” e “Educação Popular”, portanto, perfilando ambas as colunas da tabela a seguir.

Tabela 2: Levantamento de artigos por área temática

Dados das Revistas do Ano de 2010 a 2021:				
Revistas Verificadas:	Total de Artigos sobre as temáticas	Artigos sobre Questão Urbana	Artigos sobre Movimentos Sociais	Artigos sobre Educação Popular
Serviço Social e Sociedade	10	2	5	3
Katálysis	13	5	8	0
Temporalis	17	6	11	0
Libertas	20	15	4	2
Total de Revistas:	Total de Artigos Utilizados:	Total de artigos sobre Questão Urbana:	Total de artigos sobre Movimentos Sociais:	Total de artigos sobre Educação Popular
4	61	28	29	5

Fonte: Elaboração NEPFE.

No levantamento realizado nas revistas, escolhidas pela relevância acadêmica e teórica na área, foram definidas palavras-chaves para a busca pelo título dos artigos, de forma mais ampla, foram pesquisadas as palavras-chaves abaixo:

Tabela 3: Palavras-chaves utilizadas no levantamento dos dados nas revistas

Referenciais de Pesquisa:	
Eixos Centrais:	Educação Popular; Movimentos Sociais; Questão Urbana.
Palavras-Chave:	Educação Popular, Espaço(os) Popular(es), Favela(s), Luta(s) Social(is), Movimentos Sociais, Movimentos Urbanos, ONG(s), Organização Política, Periferia, Questão Urbana, Sociedade Civil (CIP), Terceiro Setor, Território.

Fonte: Elaboração NEPFE.

Abaixo uma tabela que possibilita uma melhor leitura e reflexão sobre a expressão dos debates de movimentos sociais, educação popular e questão urbana em uma das expressões da produção teórica do Serviço Social, que são as revistas da área. Cientes de que esse é apenas um recorte, que não expressa o todo, consideramos ser fundamental provocar a categoria, seja na função de docentes ou de assistentes sociais inseridos em políticas públicas e sociais, e outras áreas, nas motivações, ou na ausência desta, para estudos, pesquisas, projetos de intervenção, extensão, estágios, que possibilitem reflexões sobre as temáticas.

Tabela 4: Panorama geral das revistas: total de artigos e percentual na temática

Dados das Revistas do Ano de 2010 a 2021:					
Revistas Verificadas:	Grau da Qualis (De acordo com o Último Levantamento do CNPQ de 2016):	Números de edições do período:	Total de artigos nas revistas:	Número de artigos relacionados à temática:	Porcentagem de artigos relacionados à temática por revista
Serviço Social e Sociedade	A1	50	393	10	2,54%
Katálysis	A1	31	427	13	3,04%
Temporalis	B1	23	341	17	3,85%
Libertas	B4	24	266	20	7,51%
Total de Revistas:		Total de Edições:	Total de Artigos nas Revistas:	Total de Artigos Utilizados:	
4		128	1427	61	

Fonte: Elaboração NEPFE.

Uma das hipóteses trazidas na pesquisa é de que, apesar do caráter fundamental dessa relação, o Serviço Social, nas duas últimas décadas, afastou-se, de forma efetiva, dos movimentos sociais, tanto em nível de articulação prática, quanto de discussão teórica.

Mesmo com o amadurecimento da profissão e do próprio PEP, contraditoriamente, houve o afastamento com relação aos movimentos sociais. A profissão imbrica-se majoritariamente na institucionalização, voltada para a construção de políticas públicas e sociais, que possuem evidente importância, mas que não deveriam substituir a relação com os movimentos sociais, e, sim, somar-se a ela.

Ressalta-se a necessidade dessa aproximação na prática profissional, no entanto, é necessário que a formação profissional também a fomente. Considerando a conjuntura de retrocessos e contrarreformas da educação superior, entende-se que o incentivo a essa relação, através da formação profissional, não é uma tarefa simples, mas imprescindível. Vale destacar que compreendemos que as duas últimas décadas foram de retrocessos no âmbito da organização autônoma dos trabalhadores, o que impacta a organização dos movimentos sociais, prejudicando, na prática, a vinculação da profissão aos movimentos.

Nesta quadra histórica está colocada a possibilidade de retrocessos no interior do Serviço Social, e é impreterível a construção de processos de resistência e defesa do projeto profissional no interior da profissão. De acordo com Duriguetto (2014), uma estratégia do Serviço Social para enfrentar esta ofensiva do capital à classe trabalhadora seria exatamente as intervenções nos processos organizativos e de mobilização popular. Esse tipo de atuação profissional possibilita revigorar o projeto ético-político, mas também a criação de novas formas do próprio fazer profissional.

Assim sendo, o vínculo com os movimentos sociais, de direcionamento anticapitalista, possibilita estar realmente em alinhamento com os interesses da classe trabalhadora. O assistente social possui necessariamente em sua atuação uma face pedagógica, ou formadora da cultura, que em sentido gramsciano significa a incisão no modo de pensar e agir dos sujeitos, como apontam Abreu, Cardoso e Lopes (2014).

Nessas mediações, a função pedagógica que exerce na dimensão interventiva apresenta-se diversificada pelos vínculos contraditórios que estabelece com os próprios projetos societários das classes sociais que na sociedade disputam a hegemonia e materializa-se por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos interventivos. Tais processos, sob a forma de prestação de serviços de ordem material e ideológica, incidem na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição como profissão. Através do exercício desta função, a profissão inscreve-se no campo das atividades formadoras da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura profissional (Abreu, Cardoso, Lopes, 2014, p. 199).

A aproximação real com as lutas da classe trabalhadora é fundamental em dois sentidos: para fortalecer o projeto ético-político profissional que tem como pressuposto esta articulação; e pelos ganhos da classe trabalhadora em si, pois é frequente que os assistentes sociais tratem a classe trabalhadora com externalidade, como se não fizesse parte dela, conforme sinaliza Raichelis (2011). A inserção real de assistentes sociais nesses espaços, assim como uma maior aproximação teórica, é perpassada por desafios, e apenas coletivamente é possível criar estratégias que possibilitem essa aproximação. Precarização do mundo do trabalho, desemprego, sucateamento das universidades e repressão aos movimentos sociais constituem alguns desses desafios e, a partir deles, faz-se necessário moldar caminhos coletivos.

Conclusão

A conjuntura de contrarreformas na educação, mas também em todas as esferas da vida social, e o avanço do conservadorismo engendram um terreno árido para a luta do conjunto dos trabalhadores, com rebatimentos também para o Serviço Social. Intensifica-se a realidade laboral de profissões que possuem como direção social a crítica à atual ordem societária. O Serviço Social, em razão das ameaças diretas à hegemonia do PEP, encontra-se com a tarefa de criar estratégias para o fortalecimento de sua direção social. Mais além, enquanto comprometidos com a superação da sociedade burguesa, é necessário fortalecer-se enquanto oposição à ofensiva do capital aos trabalhadores. Há múltiplas estratégias possíveis para tal. No entanto, compreende-se que aproximar-se à luta dos trabalhadores, aos movimentos sociais, desde a formação profissional, é primordial. A construção de um Serviço Social de hegemonia crítica teve como um dos eixos basilares a aproximação com as lutas da classe trabalhadora. A sustentação dessa perspectiva, em razão de tudo que ela estrutura de benéfico ao conjunto dos trabalhadores, traz demandas às quais devemos oferecer respostas.

A articulação entre formação profissional e produção teórica da categoria, se mediada por uma práxis articulada pelo projeto ético político do Serviço Social, coloca como desafio aproximações aos temas que consideramos essenciais na presente pesquisa, quais sejam, a articulação teoria e prática com movimentos sociais e debates de educação popular, considerado a classe trabalhadora, em suas diferentes realidades e consubstanciadas com o debate de gênero e raça, os potenciais sujeitos de uma outra História. Uma História, que construa uma outra experiência de sociabilidade que, como

afirma Freire (2001, p. 12), “[...] implica em decisões, rupturas, opções, riscos”, mas que nos colocam em movimento.

Referências

- ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro – Rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2019.
- ABREU, M.M.; CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. *In: Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. SP: Cortez, 2014.
- ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso: 27 ago. 2022.
- BRASIL. Lei nº 8662/1993 – **Regulamentação da Profissão de Serviço Social**. Brasília, 1993.
- CFESS. Resolução CFESS nº 273 - **Código de ética da Profissão**. Brasília: CFESS, 1993.
- DURIGUETTO, M. L. **Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós 1990**. *In: Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. SP: Cortez, 2014.
- FARAGE, E. Contrarreformas da educação superior: aproximações ao balão de ensaio do período pandêmico. **Revista Libertas**, v.21 n. 2(2021). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35253>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONG’s e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n. 1, p.11-40. Jan-Jun 2020.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012**. Brasília, 10/06/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=Entre%20os%20%25%20de%20menor,50%25%20com%20as%20menores%20remunera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- MARX, K. A chamada acumulação primitiva. *In: O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro 1, v. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

- MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org) Pesquisa Social – **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social** - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, jul./set.2011.
- SANTOS NETO, A. B. dos; ARAUJO, L. M. F. de. Pandemia da Covid-19 no Brasil: expressão do caráter de classe do Estado. *In*: SANTOS NETO, A. B.; FERNANDES, E. N. S. (orgs.). **Coronavírus e crise do capital: impactos aos trabalhadores e à natureza**. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.
- SANTOS NETO, A. B. dos; CANEL, J. J. C. Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia. *In*: SANTOS NETO, A. B.; FERNANDES, E. N. S. (orgs.). **Coronavírus e crise do capital: impactos aos trabalhadores e à natureza**. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.